



A importância das Unidades Locais de Protecção Civil na resiliência das populações



A importância das Unidades Locais de Protecção Civil na resiliência das populações

VIDA ASSOCIATIVA

A segurança das populações perante situações de emergência e catástrofe constitui uma responsabilidade colectiva que ultrapassa a intervenção das entidades de protecção civil e dos agentes de emergência. Incêndios rurais e urbanos, cheias, inundações, ondas de calor, sismos, movimentos de vertente, acidentes tecnológicos ou situações de emergência sanitária demonstram que a capacidade de resposta de uma comunidade depende, em grande medida, do seu nível de preparação, organização e participação. Neste contexto, as Unidades Locais de Protecção Civil assumem uma importância estratégica na construção de comunidades mais informadas, preparadas, solidárias e resilientes.



A importância das Unidades Locais de Protecção Civil na resiliência das populações

A segurança das populações perante situações de emergência e catástrofe constitui uma responsabilidade colectiva que ultrapassa a intervenção das entidades de protecção civil e dos agentes de emergência. Incêndios rurais e urbanos, cheias, inundações, ondas de calor, sismos, movimentos de vertente, acidentes tecnológicos ou situações de emergência sanitária demonstram que a capacidade de resposta de uma comunidade depende, em grande medida, do seu nível de preparação, organização e participação. Neste contexto, as Unidades Locais de Protecção Civil assumem uma importância estratégica na construção de comunidades mais informadas, preparadas, solidárias e resilientes.

A resiliência de uma população pode ser entendida como a sua capacidade de antecipar, resistir, responder e recuperar perante acontecimentos adversos, reduzindo os seus impactos sobre as pessoas, os bens, o ambiente e o funcionamento normal da comunidade. Não se trata apenas de reagir depois de uma ocorrência. Uma comunidade resiliente prepara-se previamente, conhece os riscos existentes no seu território, identifica os grupos mais vulneráveis, estabelece mecanismos de comunicação e sabe como actuar nos primeiros momentos de uma emergência.

É precisamente neste domínio preventivo e de proximidade que as Unidades Locais de Protecção Civil podem desempenhar um papel determinante. A sua proximidade às populações permite conhecer melhor as características sociais, económicas e territoriais de cada comunidade, identificar necessidades específicas e desenvolver respostas adaptadas à realidade local. Ao contrário de uma abordagem exclusivamente centralizada, a intervenção local permite transformar o conhecimento do território num instrumento efectivo de prevenção e protecção.

Um dos principais contributos destas unidades consiste na promoção de uma cultura de prevenção. Muitas situações de emergência podem ter consequências significativamente menores quando as populações conhecem antecipadamente os riscos e sabem quais comportamentos adoptar. Informar os cidadãos sobre procedimentos de evacuação, utilização segura de equipamentos, prevenção de incêndios, riscos associados a fenómenos meteorológicos extremos, primeiros socorros ou preparação de um kit de emergência é exemplo de uma medida simples que pode salvar vidas.

A prevenção deve, por isso, deixar de ser encarada como responsabilidade exclusiva das autoridades. Cada cidadão deve compreender que tem um papel activo na segurança colectiva. As Unidades Locais de Protecção Civil podem funcionar como importantes agentes de sensibilização, promovendo sessões informativas, campanhas comunitárias, exercícios de emergência, acções em escolas, actividades com associações locais e iniciativas dirigidas especificamente a idosos, crianças, pessoas com deficiência, famílias em situação de vulnerabilidade e outros grupos que possam enfrentar maiores dificuldades durante uma emergência.



Outro aspecto fundamental é o conhecimento dos riscos existentes no território. Cada comunidade apresenta características próprias. Uma zona urbana densamente povoada enfrenta problemas diferentes dos de uma área rural sujeita a incêndios florestais. Da mesma forma, as comunidades próximas de linhas de água terão maior exposição a cheias e inundações, enquanto determinadas zonas podem estar mais vulneráveis a movimentos de vertente, ondas de calor ou outros fenómenos.

As Unidades Locais de Protecção Civil podem contribuir para a identificação destes riscos através da observação do território e da participação da própria população. O conhecimento dos moradores, das associações, das instituições sociais e das entidades locais constitui uma fonte de informação extremamente relevante. A experiência quotidiana permite identificar acessos difíceis, zonas de risco, pessoas que vivem isoladas, locais com obstáculos à evacuação ou recursos comunitários que podem ser mobilizados numa situação de emergência.

Esta dimensão comunitária é particularmente importante porque a primeira resposta a uma ocorrência verifica-se muitas vezes antes da chegada dos meios especializados. Nos primeiros minutos, vizinhos, familiares, trabalhadores, comerciantes, instituições sociais e outros membros da comunidade podem desempenhar um papel essencial. Uma população preparada consegue prestar auxílio básico, transmitir informação correcta, apoiar pessoas vulneráveis e reduzir comportamentos de pânico enquanto aguarda a intervenção dos agentes de emergência.

As Unidades Locais de Protecção Civil podem, assim, contribuir para as redes comunitárias de apoio. Estas redes devem assentar na cooperação entre autarquias, juntas de freguesia, bombeiros, forças de segurança, serviços de saúde, instituições particulares de solidariedade social, escolas, associações, empresas e cidadãos. A articulação entre estes actores permite evitar respostas fragmentadas e aumenta a capacidade colectiva de enfrentar situações adversas.

A comunicação assume igualmente uma importância decisiva. Durante uma emergência, a circulação rápida de comunicação pode fazer a diferença entre uma resposta organizada e uma situação de maior risco. As comunidades devem conhecer previamente os canais oficiais de comunicação e saber onde procurar informação credível. Ao mesmo tempo, as estruturas locais podem ajudar a combater a desinformação, os rumores e a disseminação de informações falsas, que podem provocar comportamentos inadequados ou aumentar o sentimento de insegurança.

Outro domínio de intervenção fundamental é a atenção aos grupos mais vulneráveis. Uma emergência não afecta todas as pessoas da mesma forma. Idosos que vivem sozinhos, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com deficiência, crianças, doentes crónicos, pessoas socialmente isoladas ou famílias em situação de vulnerabilidade podem necessitar de apoio adicional. Conhecer previamente estas situações permite desenvolver mecanismos de acompanhamento e estabelecer prioridades de intervenção.

Neste sentido, as Unidades Locais de Protecção Civil podem contribuir para a elaboração de mapas ou registos comunitários de vulnerabilidade, respeitando naturalmente as regras de protecção de dados pessoais. O objectivo não deve ser expor as pessoas, mas assegurar que, perante uma emergência, os serviços e estruturas locais saibam onde existem necessidades especiais e possam actuar de forma mais rápida e adequada.



A educação para a protecção civil deve começar também nas escolas. As crianças e os jovens constituem importantes agentes de mudança nas famílias e nas comunidades. Ao aprenderem comportamentos de prevenção, primeiros socorros, autoprotecção e resposta a emergências, podem transmitir esses conhecimentos aos pais, avós e outros familiares. Exercícios de evacuação, actividades pedagógicas e projectos de sensibilização contribuem para criar uma cultura de segurança desde cedo.

A resiliência comunitária depende igualmente da capacidade de recuperação após uma ocorrência. A protecção civil não termina quando a emergência imediata é controlada. A recuperação pode envolver a reposição de serviços essenciais, apoio psicológico e social, recuperação de habitações e equipamentos, restabelecimento das actividades económicas e reconstrução das relações comunitárias. As estruturas locais podem facilitar a identificação das necessidades e a articulação entre as populações afectadas e as entidades responsáveis pelo apoio.

As alterações climáticas tornam esta necessidade ainda mais evidente. O aumento da frequência ou intensidade de determinados fenómenos extremos exige comunidades mais preparadas para enfrentar períodos prolongados de calor, incêndios, precipitação intensa, cheias e outros riscos. A resiliência local deve, por isso, integrar não apenas a resposta a emergências, mas também políticas de adaptação, prevenção e redução de vulnerabilidades.

Importa ainda sublinhar que uma Unidade Local de Protecção Civil eficaz não deve funcionar isoladamente. A sua força resulta da capacidade de estabelecer parcerias permanentes e de criar mecanismos de cooperação antes de uma emergência. A realização regular de reuniões, exercícios, simulacros e acções de formação permite testar procedimentos, identificar falhas e melhorar continuamente a capacidade de resposta.

A participação dos cidadãos é igualmente indispensável. A protecção civil deve ser entendida como uma responsabilidade partilhada. As instituições públicas têm responsabilidades específicas, mas a segurança de uma comunidade depende também da preparação individual e colectiva. Saber como desligar a electricidade ou o gás numa situação de emergência, conhecer as rotas de evacuação, possuir contactos úteis, manter medicamentos essenciais disponíveis ou saber prestar primeiros socorros são medidas simples que aumentam significativamente a capacidade de autoprotecção.

Em conclusão, as Unidades Locais de Protecção Civil constituem um instrumento essencial para reforçar a resiliência das populações. A sua principal vantagem reside na proximidade: conhecem o território, estabelecem relações com as comunidades, identificam vulnerabilidades e podem transformar a prevenção numa prática quotidiana. Mais do que estruturas destinadas a actuar apenas durante uma emergência, devem ser entendidas como plataformas permanentes de prevenção, educação, participação e cooperação.

Construir comunidades resilientes significa preparar as pessoas antes de uma ocorrência, reforçar as redes de solidariedade, proteger os mais vulneráveis e garantir que todos sabem como agir perante uma situação de risco. **Uma população informada e organizada é mais segura.** Por isso, investir nas Unidades Locais de Protecção Civil é investir na capacidade de antecipar riscos, responder de forma coordenada e recuperar com maior rapidez e dignidade.



A verdadeira resiliência não se constrói apenas com equipamentos, meios técnicos ou planos de emergência. Constrói-se sobretudo com conhecimento, confiança, participação e cooperação. É no território e junto das populações que a prevenção ganha significado concreto. As Unidades Locais de Protecção Civil podem, por isso, assumir-se como uma peça fundamental de uma estratégia de segurança humana, contribuindo para transformar comunidades vulneráveis em comunidades mais preparadas, solidárias e capazes de enfrentar os desafios do presente e do futuro.

REUNIÕES DOS GRUPOS COMUNITÁRIOS

Durante o mês de Julho integrámos as seguintes reuniões e actividades:

- Grupo de Prevenção e Segurança da Alta de Lisboa;
- Reunião do Grupo de Emergência Social da Junta de Freguesia de Santa Clara;

QUOTIZAÇÃO



As quotas e todos os donativos, e em especial os do projecto de “**Apadrinhamento Afectivo**”, deverão ser pagos por transferência bancária para a conta do Banco Montepio com o IBAN PT50 0036 0006 99100098158 54; agora também podem ser pagos através de MB Way, utilizando o n.º **+351 928 485 500**.

As quotas relativas ao 2.º semestre e ao 3.º trimestre já se encontram em pagamento, bem como pagamentos que se encontrem em atraso.